

## FALE COM A GENTE!

Editores Bruno Rios, Marcelo Luís,  
Rafael Motta e Ronaldo Abreu Vaio  
E-mail cidades@atribuna.com.br  
Telefone 2102-7157

## DESTAQUE DO DIA

## CIDADES

## Partidos devem ganhar espaço

Mudanças na legislação eleitoral que passam a valer a partir deste ano criam condições para a ampliação de legendas nas câmaras

SANDRO THADEU

DA REDAÇÃO

Dois importantes mudanças na legislação eleitoral que passam a valer a partir do pleito deste ano criam condições para a ampliação do número de legendas nas casas legislativas municipais, segundo especialistas e dirigentes partidários consultados por A Tribuna.

A primeira alteração é o fim das coligações proporcionais, ou seja, não será mais permitida a formação de uma aliança para os cargos de vereador, deputado estadual e federal.

Essa novidade consta na Emenda Constitucional 97, de 4 de outubro de 2017, e obrigou os líderes partidários a trabalharem com mais afinco para conseguir compor a chapa de pré-candidatos aos parlamentos.

A segunda modificação é uma ilustre desconhecida até mesmo para alguns integrantes de legendas. Ela trata da possibilidade de siglas fazerem uma cadeira, mesmo sem atingir o chamado quociente eleitoral.

Trata-se de uma questão de difícil compreensão para as pessoas e até mesmo para os candidatos. O primeiro passo para entender esse processo é explicar que o quociente eleitoral representa a soma de todos os votos válidos - com exceção dos brancos e nulos - dividi-



ALEXSANDER FERRAZ - 24/1/20

Candidatos ao Legislativo estão impedidos de fazer coligações e siglas poderão eleger vereadores mesmo sem atingir o quociente eleitoral

dos pelo número de vagas no Legislativo.

Para saber a distribuição delas entre as agremiações, é preciso verificar o quociente partidário, que é o total de sufrágios dos concorrentes da legenda, dividido pelo quociente eleitoral.

Se a soma das vagas obtidas pelas siglas não for igual ao total de cadeiras, as remanescentes serão repar-

tadas conforme o sistema de médias para se fazer a distribuição das "sobras".

Até a última eleição, apenas poderia participar das "sobras" o partido ou coligação que tivesse alcançado o quociente partidário a partir de 1, mas isso caiu por terra a partir deste ano.

Para exemplificar melhor essa mudança, se essa regra estivesse em vigor em 2016,

dois partidos que não atingiram o quociente eleitoral em Santos teriam feito um vereador cada: o PV, com Sérgio Consolo, e o PTN (atual PODE), com Fábio Duarte.

Por outro lado, o PSDB não teria eleito Augusto Duarte, o 10º nome da aliança formada por PSDB/ MDB/ PPL (atualmente incorporado ao PCdoB). O outro nome que ficaria de fora

da atual legislatura seria Chico Nogueira (PT).

## OPINIÕES

O advogado especializado em Direito Eleitoral Arthur Rollo acredita que o fim das coligações no Legislativo foi positiva, pois elas não estavam funcionando bem há muito tempo.

"Juntavam partidos com ideologias completamente

diferentes e faziam vários tipos de alianças em cada um dos municípios. Não havia qualquer vínculo ideológico", destacou.

Na visão do secretário de Organização do PTB de Santos, Waldemir de Almeida, a alteração para acabar com as coligações na disputa por vagas no Parlamento obrigou os partidos a trabalharem mais e de forma organizada para terem representatividade na Câmara.

Ele considera ainda uma injustiça permitir que agremiações que não atingiram o quociente eleitoral possam ter uma cadeira no Parlamento. "Se para passar de ano você precisa tirar nota 5, quem obteve 4,9 não pode ser aprovado", exemplificou.

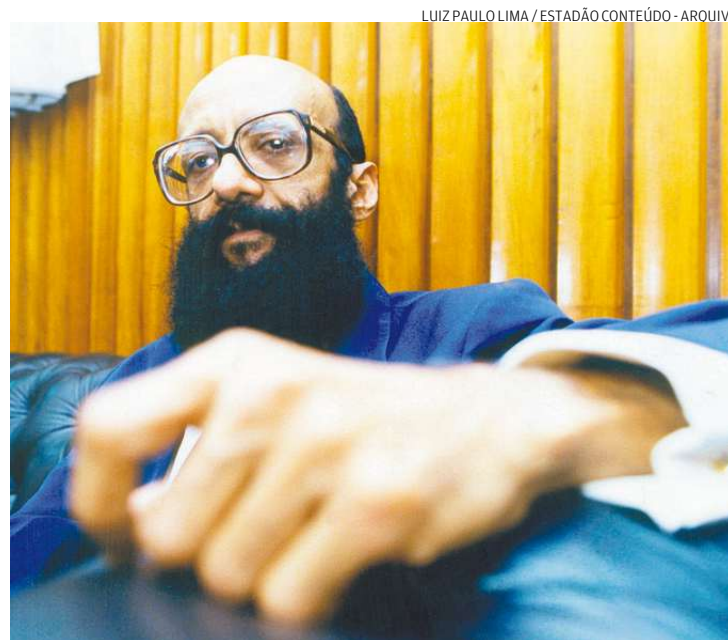
Já o presidente do PV em Santos, Mario Bernardino Filho, tem uma visão contrária. Ele destacou que essa modificação possibilita a representação de siglas minoritárias, mas com importância e relevância temática.

"Vejo também que é uma forma de equilibrar a representação parlamentar. Afinal, os partidos tidos como convencionais usam a máquina do poder na montagem de chapas profissionais, à revelia da legislação, para eternizar seus projetos", justificou.



BETO OLIVEIRA/AG. CÂMARA - 8/12/11

Em 2010, Tiririca obteve 1,3 milhão de votos e levou mais três colegas



LUIZ PAULO LIMA / ESTADÃO CONTEÚDO - AROUJO

Enéas Carneiro teve 1,57 milhão de votos em 2002 e elegeu mais cinco

## Redes sociais terão papel fundamental

■ O cientista político Rodrigo Prando entende que o isolamento social provocado pela pandemia de covid-19 obrigará os candidatos a vereador a terem muita criatividade nas redes sociais para se aproximarem e fisgarem os eleitores.

"Vejo que aqueles nomes mais conhecidos saem com uma larga vantagem em relação aos demais. Porém, eles precisam ter uma boa comunicação e mostrar que têm afinidade com os problemas locais", afirmou ele, que é professor da Universidade Mackenzie.

Por esse motivo, o docente entende que os concorrentes ao Legislativo não terão sucesso ao trazerem a polarização política em âmbito municipal.

"O município quer saber de coisas objetivas do seu entorno e do cotidiano, como a zeladoria da cidade, a limpeza das praias, o estado das unidades de saúde e das creches", justificou.

O vereador santista Zequinha Teixeira (PP) disse que, mesmo em quarentena, o contato é diário com a população. A diferença é que o modo de atendimento precisou mudar por conta da situação atual.

"Na época de campanha, acredito que a abordagem seguirá o mesmo

caminho, de forma digital. A pandemia está aí e os cuidados e a atenção relacionada a isso deverão vir antes de qualquer coisa", justificou.

O parlamentar santista Lincoln Reis (PL) disse que, além do tradicional corpo a corpo, a interação com o público pelas redes sociais será fundamental.

"Sempre estive nas ruas com o projeto Vem Comigo, que é uma forma de estar na rua semanalmente, mas divulgar nas minhas redes sociais também para mostrar para aqueles que não me veem na rua, que estou lá", explicou.

Fabrizio Cardoso (PODE), que, assim como os dois colegas citados acima, tentará à reeleição na Câmara, disse ter mantido um trabalho intenso nas redes sociais desde o início do mandato.

"Eu quero acreditar que o trabalho que a gente tem feito e divulgado por essas plataformas venha a ser minha melhor propaganda. Em 2012 e em 2016, eu não usava papel, como o Kenny (o ex-vereador e hoje deputado estadual Professor Kenny, do PP). Só utilizava o Facebook, cartões de visita e adesivos nos carros", frisou.

## Meta é atingir 10% do quociente eleitoral

■ Uma das metas que os candidatos a vereador precisam ter para conseguir se eleger é atingir, no mínimo, 10% do quociente eleitoral. Quem não bater esse marcaficará de fora da Câmara.

Essa regra, que passou a valer a partir do pleito de 2016, fez uma "vítima" em Santos: o médico ginecologista e obstetra Adriano Catapreta, o primeiro suplente do PP.

## POR POUCO

Naquele ano, a coligação formada por PP/PSC/PEN (atual Patri) atingiu a marca de 16.900 sufrágios e teria condições de fazer duas cadeiras, mas con-

## EFEITO ENÉAS E TIRIRICA

A regra que determinou que candidatos para o Legislativo precisavam obter, no mínimo, 10% do quociente eleitoral para serem eleitos surgiu com a minirreforma eleitoral de 2015 para inibir o efeito dos chamados "puxadores de voto". No pleito de 2002, o médico Enéas Carneiro (Prona, sigla que foi fundida, em 2006, ao PR - atual PL) obteve 1,57 milhão de votos e ele arrastou mais cinco parlamentares. Desse grupo,

quistou apenas uma, com Audrey Kleys (PP).

O quociente eleitoral re-

quatro deles não chegaram a contabilizar 700 sufrágios. Em 2010, o ator e palhaço Francisco Everaldo Oliveira Silva, o Tiririca (PR - atual PL), obteve 1,3 milhão de sufrágios para deputado federal e ajudou a eleger mais três. Um deles foi o ex-delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz, que militava no PCdoB naquela ocasião e tinha domicílio eleitoral em Guarujá. Essa coligação era formada ainda por PT, PRB (atual Republicanos) e PTdoB (atual Avante).

gistrado no Município em Santos, em 2016, foi de 10.774. Catapreta obteve

1.049 sufrágios. Ele deixou de ser eleito por 28 votos.

## RESULTADO

Nas eleições gerais de 2018, essa determinação prejudicou muito o PSL na Câmara dos Deputados. O partido, em São Paulo, teve um desempenho nas urnas que seria suficiente para eleger 17 parlamentares, graças à grande votação de Eduardo Bolsonaro (1,8 milhão de sufrágios).

No entanto, a sigla ficou com apenas dez cadeiras, porque os outros sete concorrentes não chegaram a alcançar 10% do quociente eleitoral no Estado - cerca de 30 mil votos.